

Os motins antilusitanos na época da Praieira: o aprendizado do protesto popular e outras variações.

BRUNO AUGUSTO DORNELAS CÂMARA - UFPE

Entre os anos de 1844 e 1848, anteriores a Insurreição Praieira, ocorreram cerca de sete manifestações de rua, cujo alvo era a comunidade portuguesa residente no Recife. Segundo os registros existentes, os promotores desses mata-marinheiros não agiam com total independência, mas estariam subordinados a um grupo dirigente, formado por algumas lideranças do Partido Praieiro e por parte de uma facção liberal alijada do poder. Assim, essas mobilizações de rua foram vistas apenas como fruto do clientelismo urbano e não como uma forma de autêntico protesto popular, porque se considerava que a “população” não agia por motivação política própria.

Não é tarefa fácil detalhar como realmente ocorreu cada um desses motins urbanos, porque as fontes disponíveis não privilegiam uma visão popular e, muitas vezes, limitam-se a comentários breves e narrativas desconexas sobre o acontecimento. Além disso, as ações dos amotinados são sempre descritas de forma depreciativa.

O primeiro grande mata-marinheiro dos anos quarenta ocorreu entre os dias 08, 09 e 10 de setembro de 1844, por ocasião das comemorações de aniversário da Independência. Houve quebra-quebra em algumas ruas da cidade e vários portugueses são espancados. Após o tumulto, os artistas e obreiros nacionais assinaram um requerimento pedindo aos “Poderes Superiores do Estado” a expulsão dos artistas estrangeiros e a proibição de certos produtos da indústria européia.

Em 25 de setembro de 1845, surgiu no Recife um boato de que um dos irmãos Carneiro, Francisco Carneiro Machado Rios, foi assassinado por adversários políticos em seu sítio do Janga. Os sinos do Convento de São Francisco tocaram o dobre de finados. Atraída pelas badaladas ou por comentários passados à boca miúda, uma multidão formada pela “gentalha em massa” saiu dos Afogados, de São José e da Boa Vista em direção a rua da Cadeia (atual rua do Imperador), no centro da cidade, onde estava o então Comandante do Corpo de Polícia, Antônio Carneiro Machado Rios, com uma forte escolta policial, jurando

vingar a morte do irmão. Houve um prenúncio de tumulto. Vários comerciantes fecharam as suas lojas temendo o que estava por acontecer. Antes que a confusão se fizesse, o boato foi desmentido.

Dois anos depois, na noite de 07 de setembro de 1847, ocorreu um tumulto em frente a uma casa no pátio de São Pedro, onde se realizava um baile em comemoração à Independência. Detalhe: o baile era organizado por mestres artesões portugueses. Pedras foram lançadas contra o edifício e os convidados. Essa não foi à única vez que festividades e reuniões sociais acabavam em violência. Outro baile, realizado em 04 de dezembro de 1847 na sede da sociedade *Philo-Terpsichore*, acabou em confusão. Uma multidão apedrejou o prédio e as pessoas que chegavam na varanda. Vidraças foram quebradas e convidados que se aventuraram a abandonar o prédio foram atacados. Segundo *O Lيدador*, o ataque à sede da sociedade teria sido premeditado, pois, às sete horas da noite, o mestre-sala do baile teria sido avisado dessas “intenções sinistras”. Pediu-se proteção ao subdelegado da freguesia, que não conseguiu evitar o tumulto. Por ordem do próprio subdelegado, muita gente esperou amanhecer para sair. Mas, mesmo com o dia claro, esses convidados correram perigo: alguns portugueses saíram escoltados por um grupo de senhoras. Os que se afastaram do grupo tiveram que correr ou encarar os manifestantes. Apanharam também alguns incautos que àquela hora da manhã apenas se dirigiam à missa. Foram confundidos com portugueses¹.

Na noite de 08 de dezembro de 1847, durante as comemorações da festa de Nossa Senhora da Conceição, houve uma queima de fogos no Arco da Conceição, em frente à Rua da Cadeia. Segundo o chefe de polícia, “alguns homens turbulentos”, que estavam na ocasião, começaram a provocar os portugueses. Para *O Lيدador*, o tumulto iniciou-se quando um “bando de selvagens” acendeu por conta própria os fogos de artifício. As ameaças verbais se fizeram físicas. Muita gente apanhou, até mesmo o diretor dos festejos. As janelas de algumas casas de estrangeiros foram apedrejadas e cerca de duzentos lampiões inutilizados. Tudo ao som dos gritos de “fora os estrangeiros, a terra é nossa, morram os marinheiros”, misturados com repetidos “viva ao Imperador”². O motim se

espalhou por outras ruas como a da Cruz, do Vigário e do Encantamento. Até no Forte do Matos, em Fora de Portas, houve pancadaria. Uma tropa de linha, formada de 40 a 50 homens, teve que sair do quartel para conter os ânimos dos desordeiros.

Na noite de 04 de janeiro de 1848, por ocasião de um baile promovido pelos portugueses, na rua da Praia, estourou um novo tumulto. Segundo relato de uma autoridade, não passou “de algumas pedradas lançadas ao edifício, em que eles se achavam, e de algumas bengaladas em quatro de alguns destes, quando para suas casas se retiraram”. A polícia se dirigiu ao local, mas em meio a grande número de gente não conseguiu prender os culpados. Fora um francês, João Burle, que ficou “bastante maltratado”, não houve feridos graves.

Entre os dias 26 e 27 de junho de 1848 ocorre a última grande manifestação de rua no Recife: o mata-marinheiro do Colégio. Depois de uma confusa briga entre um estudante do Liceu e um caixeiro português de um armazém na rua da Praia, a capital da província passou por intensa agitação. Ocorreram saques a lojas e muita pancadaria. Pelo menos cinco vítimas da violência nativista desse mata-marinheiro tombaram no chão e cerca de quarenta ficaram feridas. Ao final, uma multidão dirigiu-se a Assembléia Provincial exigindo a “nacionalização do comércio a retalho e a expulsão dos portugueses solteiros, num prazo de 15 dias”³.

É interessante perceber como essas ações e seus promotores ficaram registrados nos documentos. Os adjetivos empregados pelos jornais são variados, mas todos com a mesma conotação: “desordeiros”, “desalmados”, “ínfima classe”, “turbulentos”, “plebe desenfreada”, “cacetistas”, “populaça”, “gentalha”. Em resumo, eles seriam os promotores de “cenas de pura selvageria, barbaridade, só próprias de um povo inteiramente inculto e bárbaro”⁴.

Segundo as narrativas existentes, a plebe não agia com total autonomia, mas instilada por um grupo de pessoas interessadas em ver o povo em “desordem”. O *Diário de Pernambuco* lembrava que da pena de escritores imprudentes saíram textos que insuflavam o “incauto povo” a reviver “ódios antigos e quase extintos”. Escritos em “linguagem

desabrida e subversiva”, esses textos teriam influenciado a prática de atos de violência contra a comunidade portuguesa local. Isso porque teria sido posto “na boca de algumas pessoas inexperientes do povo” o “horrível e bárbaro grito de mata-marinheiro”⁵. Esse jornal deixa claro que os maiores culpados eram os opositores ao governo conservador, propagando em suas folhas o sentimento antilusitano.

Essa opinião não difere dos relatos de observadores daquelas confusões de rua. Na visão de dois deles, o povo era movido pela propaganda antilusitana que a imprensa panfletária explorava. Em suas memórias, Félix Cavalcanti de Albuquerque relata que o *Diário Novo*, órgão oficial dos praieiros, em sua oposição à política conservadora, usou o fato de o comércio a retalho se achar “monopolizado pelos portugueses” para atrair o povo para o lado dos liberais⁶.

Da mesma forma pensava Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, o chefe de polícia que esmagou a insurreição de 1848. Em sua *Crônica da Rebelião Praieira*, relata que a propaganda antilusitana dos jornais de oposição fizeram com que os artistas e obreiros nacionais reivindicassem certos direitos sobre o comércio⁷. Segundo esse contemporâneo, “as lideranças de oposição incutiram, mais ou menos claramente, nas classes baixas e ignorantes da população a idéia de que saindo os lusos do comércio, seriam garantidas as lojas, tabernas e boticas”⁸.

A historiografia sobre a Praieira aponta também o renascimento do antilusitanismo à ação de um grupo partidário dos praieiros. Para Izabel Marson, os mata-marinheiros dos anos quarenta no Recife estavam relacionados a ação de grupos ligados a um grupo dirigente, não havendo uma ação independente dos promotores de tais levantes que seriam frutos do clientelismo urbano⁹. A autora detalha o momento em que isso ocorre. Sendo a capital o maior colégio eleitoral da província, onde votavam artesões, caixeiros, soldados da tropa de linha e funcionários públicos, era necessário o Partido Praieiro ter um discurso que atendesse a demanda desses eleitores. Isso porque, ganhando esse eleitorado, o partido teria mais condições de enfrentar as inevitáveis fraudes do interior da província, a despeito de possuir sólidas adesões de proprietários rurais. Como atesta Marson, as necessidades

eleitorais levaram as chefias do partido, através da imprensa, a literalmente “carregar sua fala com tópicos de interesse imediato dos votantes primários do Recife”, numa política conflitante até com os interesses da classe dos proprietários ¹⁰.

A onda de antilusitanismo ocorrida neste período tinha nos liberais aliados do poder na província o seu centro propagador. Esse nativismo foi usado como arma política para arregimentar a população urbana, em épocas de eleições, contra os conservadores. Como ressalta Manoel Cavalcanti, em detalhado estudo sobre a participação popular nas eleições de 1844, o Partido Praieiro criou sua plataforma política sobre as insatisfações geradas pela longa administração de Francisco do Rego Barros e, a partir delas, montou seu discurso de oposição. A desvantagem em relação aos baronistas levou os praieiros a buscar o apoio popular. Primeiramente, buscaram cooptar algumas lideranças com acesso às camadas populares. Depois, incorporaram ao seu discurso temas de interesse da gente pobre da cidade, como o antilusitanismo e a nacionalização do comércio a retalho ¹¹.

O antilusitanismo, ressurgido durante a acirrada disputa partidária nos anos quarenta, foi uma importante arma dos liberais aliados do poder para arregimentar as camadas urbanas desfavorecidas economicamente para a sua causa. Contudo, pode-se ampliar essa idéia, dizendo que não foi somente essa facção partidária que usufruiu politicamente do sentimento de repulsa ao elemento português. Afinal, não se pode pensar que a multidão envolvida nesses tumultos estava ali apenas como cliente passivo da classe diligente.

Era por meio dos jornais que as várias tendências políticas divulgavam suas idéias. Conservadores e Liberais faziam da imprensa uma verdadeira arena de disputa, pressionando politicamente os seus adversários e arregimentando gente para os seus respectivos lados.

O conteúdo desses jornais, apesar de visar o público votante da província, não se restringia apenas a esse pequeno contingente populacional. As pessoas comuns, os trabalhadores e os desempregados que procuravam algum tipo de ocupação também usavam os jornais, principalmente os de grande circulação, para se manter informados

sobre as possíveis ofertas de serviços. Assim, mesmo procurando trabalho, essas pessoas acabavam demonstrando interesse por outras partes desses periódicos, principalmente quando passaram a relacionar as campanhas promovidas pelo *Diário Novo*, em favor da nacionalização do comércio a retalho, aos inúmeros anúncios de estabelecimentos comerciais oferecendo emprego somente aos portugueses e outros estrangeiros, excluindo os brasileiros natos.

Mesmo se considerando o grande número de analfabetos, não podemos dizer que essas pessoas desconhecessem o conteúdo dos textos. Numa sociedade de forte tradição oral, as pessoas liam em voz alta nas ruas e tabernas e demais lugares onde juntava gente, atingindo, assim, o público não-alfabetizado. Além disso, indivíduos a mando dos partidos encarregavam-se de ler, comentar e reproduzir o conteúdo das folhas políticas, que muitas vezes eram escritas em linguagem simples e direta, cheia de termos populares. Essas leituras provavelmente criavam debates e discussões entre as pessoas, alimentando, por vezes, dúvidas, expectativas e tensão sobre o momento vivido, possibilitando alguns habitantes da cidade formarem, pelo menos, sua opinião particular sobre os assuntos divulgados.

Provavelmente, essas pessoas não extraíam uma única compreensão desses textos (aquela visada pelos redatores e jornalistas), mas sim múltiplas compreensões, contextualizando as imagens formadas através das palavras com o que estava acontecendo a sua volta. Os grupos populares incorporaram essas mensagens, fazendo uma leitura própria do momento, obtendo, assim, o aprendizado político que alimentou aqueles protestos populares.

As manifestações de rua também foram uma forma encontrada pela população não-votante da cidade de participar da vida política institucional do país. Isso porque, na formação do Estado Nacional, a antiga oligarquia proprietária de terras, preocupada com a manutenção de privilégios, buscou afastar certo segmento social das urnas. A sociedade foi dividida em duas categorias de indivíduos: os cidadãos (aqueles que eram proprietários) e os não cidadãos (os excluídos da propriedade). O exercício da cidadania estava

condicionado à propriedade. Esta era a barreira legal que impedia a participação popular nessas disputas¹².

Contudo, a massa de excluídos desse sistema buscava participar da escolha de suas lideranças políticas de forma indireta. A exemplo disso, temos as eleições gerais de 1844 em Pernambuco. Conforme detalhado estudo de Manoel Cavalcanti Júnior, as camadas mais baixas da sociedade recifense faziam uso de algumas estratégias para superar as barreiras legais, como o voto censitário, que as impediam de ter um papel ativo nas decisões eleitorais. Convocadas pelas lideranças praieiras, essas pessoas atuaram pressionando os votantes e dando apoio às mesas paroquiais dominadas pela Praia. Contudo, fugiram ao controle dos praieiros, indo às ruas promover uma onda de fecha-fecha e violência contra os portugueses. Na interpretação do autor, essa era uma manifestação da camada excluída que encontrou uma brecha para demonstrar suas insatisfações através do aceno feito pelos praieiros¹³. Portanto, o fecha-fecha de 1844 pode ser percebido como um instrumento capaz de ampliar a participação política de certos setores da sociedade ansiosos pela extensão da cidadania. Esse acontecimento pode ser vinculado a um novo estilo de fazer política, marcado pelo advento da mobilização popular na época do pleito.

Conclui-se que a participação popular nos levantes de rua não é fruto apenas de uma manipulação eficaz da classe dominante. É resultado de uma intensa negociação em que interesses de grupos sociais diversos por vezes chegam a um consenso. Nos mata-marinheiros dos anos quarenta, o xenofobismo promovido pelos exaltados da política local nas “massas incultas” foi apenas a única face ressaltada pela imprensa da época. A descaracterização do conteúdo crítico dessas ações fazem parte da estratégia política da elite dominante contra tal forma de resistência. Afinal, apenas a violência incomensurável da “população” ficou nos anais da história.

Mesmo que essas pessoas estivessem motivadas pelas formas mais arraigadas de chauvinismos, não podemos negar que suas reclamações demonstram a existência de uma considerável cultura política. Essas pessoas não tinham menos consciência do processo de exploração por que passavam. Assim, tentavam mudar suas vidas promovendo esses mata-

marinheiros. As ações promovidas pelo que as autoridades chamam de “escória” e “ralé” são, em si, o resultado de um universo próprio de reivindicações.

¹ O Lidorador, 11.12.1847, n.235; Diário de Pernambuco, 09.12.1847, n. 278 e 11.12.1847, n. 280; A Voz do Brasil, 11.12.1847, n. 08 e 05.02.1848, n. 14.

² O Lidorador, 11.12.1847, n.235. A Voz do Brasil, 11.12.1847, n.08 e 05.02.1848, n. 14.

³ FIGUEIRA DE MELO, Jeronymo Martiniano. **Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849**. Introdução Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos), p. 04.

⁴ Diário Novo, 01.07.1848; Diário de Pernambuco, 01.07.1848, n.143; O Lidorador, 11.12.1847, n.235; 28.06.1848, n.292 e 15.07.1848, n.299.

⁵ Diário de Pernambuco, 01.07.1848, n.143. **Nota.** Em alguns momentos a imprensa atribui independência a atuação dos populares. Isso vem confirmar as palavras de Mário Márcio de Almeida Santos: “as forças populares uma vez despertas obedecem a uma dinâmica própria”.

⁶ **O Velho Félix e suas “memórias de um Cavalcanti”**. Recife: Editora Massangana, 1989, p.12.

⁷ **Nota.** E. P. Thompson lembra que, por trás de toda forma de ação direta popular, existe sempre alguma noção legitimadora do direito. Jerônimo Martiniano diz que os praieiros começaram “a inocular nas classes baixas da sociedade, não o nobre sentimento de igualdade perante a lei, mas o sentimento do orgulho, pelo qual se julgavam ter os direitos, que somente dão a ilustração, os serviços e as virtudes (...)”. (FIGUEIRA DE MELLO, op.cit., pp.02-03).

⁸ FIGUEIRA DE MELO, op.cit., pp.03-04.

⁹ MARSON, Izabel Andrade. **A Rebelião Praieira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p.64.

¹⁰ MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. pp.227-228.

¹¹ Os praieiros fracassaram na tentativa de cooptar o liberal radical Borges da Fonseca, mas dividiram a sociedade secreta da qual o redator do Nazareno fazia parte, convencendo alguns membros a apoiarem o partido e conseguindo arregimentar os irmãos Antonio e Francisco Carneiro Machado Rios, que gozavam de grande popularidade e prestígio entre o povo e os soldados e tinham tradição na luta contra os portugueses. A adesão deles aos praieiros contribuiu para dar uma conotação popular ao recente partido. CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. **“Praieiros”, “Guabirus” e “Populança”: As eleições gerais de 1844 no Recife**. Dissertação de mestrado, CFCH, UFPE, 2001. pp.42-57; 119.

¹² **Nota.** Segundo o § 5 do Art. 92 da Constituição de 1824, são excluídos da lista dos cidadãos ativos “os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego”. Em um artigo com o sugestivo título “Violação escandalosa da Constituição ou Os proletários qualificados pela praia”, o jornal conservador O Lidorador acusa o Partido Praieiro de ter aumentado o número de “proletariados” votantes em detrimento da “classe abastada”. Segundo o jornal, o problema estaria no parâmetro de qualificação dos votantes. Isso porque, na época que foi promulgada essa constituição, os rendimentos de “cem mil réis” eram avaliados em “moeda de prata”. Com a grande emissão de “papel moeda” houve uma significativa perda no padrão avaliativo. Então, “por toda parte a arena eleitoral foi invadida por aqueles mesmos aos quaes o legislador sabiamente quizera fecha-la”. Na nova avaliação que o jornal propunha a renda anual seria de “duzentos mil réis”. O Lidorador, 08.01.1848, n. 243.

¹³ CAVALCANTI JUNIOR, op.cit., pp.121-122.